

A sombra dos grandes

AIDA FERNANDA DIAS
Universidad de Coimbra

Vindo de Lovaina, Nicolau Clenardo estanciava, desde 1531, em Salamanca, de cuja Universidade chegou a ser mestre, embora por escassos dias. Nesta cidade se tornou famoso pelo saber e cultura e pelos dotes de pedagogo, continuando a afirmar, assim, o prestígio de que vinha aureolado. Da cidade salmantina, onde ministra, a nível particular e oficial, cursos de grego e de latim, línguas que dominava a par do árabe, do hebraico e do caldeu, saiu para entrar em Portugal pela mão de um amigo e antigo discípulo em Lovaina, André de Resende, nos finais do ano de 1533.

O humanista português, que exaltara junto de D. João III os méritos do brabantino, partiu para Salamanca com missão bem definida. Levando consigo duas cartas dirigidas a Clenardo, uma do próprio monarca, outro do Infante D. Henrique, André de Resende fora incumbido de o convidar e de o persuadir a vir para Portugal, a fim de ser mestre do dito Infante, futuro Cardeal-Infante, e ao tempo já Arcebispo de Braga. Neste propósito, seguia o Piedoso as pisadas de D. João II, ao chamar a Portugal Cataldo Sículo para mestre de latinidade do Senhor D. Jorge, seu filho bastardo. Mantinha-se, assim, na corte portuguesa, o culto pela língua de Virgílio, que o nosso primeiro rei humanista, D. Afonso V (cuja educação fora confiada a dois mestres estrangeiros de renome, Mateus Pisano e Estêvão de Nápoles) afirmava, ao trazer para o reino Frei Justo Baldino, feito depois Bispo de Ceuta, a quem confiara a versão latina das crónicas de Fernão Lopes. E continuava bem vivo o reconhecimento da importância do estudo do idioma do Lácio em que alguns Príncipes de Avis (D. Duarte, D. Pedro, o Condestável seu filho, as Infantas D. Catarina e D. Filipa) se exercitaram. Propostas de reforma no ensino do latim haviam sido formuladas pelo Infante D. Pedro, há mais de um século (1426), na importante carta que de Bruges escreveu ao Rei Eloquentes.

Não foi difícil a André de Resende convencer Clenardo. Convite aceite e

ei-los de marcha até Évora, onde se encontrava a corte, e onde chegam ao findar o ano de 1533. Aqui permaneceu Clenardo, no desempenho das suas funções, durante poucos anos. Abandona a urbe eborense a 30 de Julho de 1537, em direcção a Braga, para se juntar ao discípulo, o Arcebispo. Durante a viagem, que de Évora o levaria ao norte do País, e mesmo depois de aqui se haver fixado, conheceu várias localidades, entre elas Coimbra, onde o saber grego de Vicente Fabrício e de seus discípulos o espantou. Foi também a Compostela. Em Novembro de 1538, abandona definitivamente Portugal, com intuito de regressar à pátria, onde nunca chegou a entrar.

Cinco anos de permanência no nosso País permitiram ao Mestre flamengo conhecer o Portugal e os Portugueses de Quinhentos. Algumas das suas cartas dão testemunho claro da vida da Nação, fundamentalmente no campo cultural e social. Relacionado com o escol intelectual do reino, vive em Évora, com André de Resende, repartindo o tempo entre o ensino, os estudos e os amigos, escrevendo longas e pormenorizadas cartas e redigindo as suas obras. E fala com admiração de Resende e de Damião de Góis, de João Petit e de Vicente Fabrício, de Nicolau Chanterene e de Joana Vaz; refere a cultura que se respira na corte portuguesa, onde alguns conhecem o grego e o latim, e falam este com mais desenvoltura do que ouvira em Salamanca; aponta os progressos dos alunos e, entusiasmado, descreve os resultados positivos dos métodos por ele utilizados na iniciação ao latim, métodos apoiados, na primeira fase da abordagem da língua, na oralidade, e experimentados em Évora e em Braga.

De todas as suas cartas, é uma das dirigidas a Tiago Látomo, seu antigo mestre e amigo, e na qual se espelha a sociedade portuguesa de então, a mais conhecida entre nós. Sempre que se estuda o século XVI do ponto de vista social, sempre que se pretende provar a pertinência da sátira gilvicentina, visando alguns aspectos do Portugal seu contemporâneo, a epístola de Clenardo é chamada à colação, para nos mostrar que Mestre Gil não entrara pelo campo da fantasia, não pretendia apenas divertir a corte, ao pintar situações caricatas e ridículos tipos sociais. As palavras do professor de Lovaina, ao serem evocadas, servem, pois, para dar autoridade a inúmeros passos vicentinos. Também se não esquecem os estudiosos, nesta área de análise, de referir Sá de Miranda, atento ao mundo que o rodeia e cujos males denuncia, através de uma sátira moralizante diferente da de Gil Vicente: enquanto este, na maior parte dos casos «ridendo castigat mores» (ou pretende fazê-lo), aquele, em estilo extremamente conciso e num tom severo, que se coaduna com a rigidez da sua verticalidade de «homem de um só parecer, / de um só rosto e d'ũa fé, / d'antes quebrar que volver», aponta o descabro social, vaticina as funestas consequências que, com os fumos da Índia, advirão para o reino.

A referida carta de Clenardo foi redigida em Évora, a 26 de Março de 1535, e é praticamente coeva da última obra conhecida daquele que fazia «os aitos a El-Rei», a *Floresta de Enganos* (1536). Como defeitos graves da

sociedade portuguesa aponta a mania nobiliárquica, a fuga ao trabalho e o desregramento de costumes. «Em Portugal, todos somos nobres...» escreve ele, e esta mania da nobreza leva os portugueses - ou pelo menos uma grande maioria - à ostentação de uma dourada pobreza, a viver uma vida de aparências: criados e escravos seguem estes «senhores» em passeio pelas ruas da cidade, tal como fazem os verdadeiros nobres¹, enquanto a miséria se esconde em casa, onde se passam as maiores privações: a fome não se mata, engana-se com pão, rabanetes e água, como conta de maneira pitoresca. Porque se pretende aparentar vida de grandes senhores, não se ama o trabalho, qualquer actividade é considerada desprezível e daí que a nação não se desenvolva, apresentando uma agricultura estagnada, não possuindo indústrias e comprando os produtos que nos chegam nas caravelas. Os escravos, de raça negra e moura, encham o reino e são em tão grande número que Clenardo crê serem «mais que os portugueses livres de condição»; a eles são confiadas todas as tarefas, das mais leves às mais onerosas, o ponto que se não distinguem «de uma besta de carga senão na figura». A aversão ao trabalho é tão contagiante que os próprios estrangeiros seguem à risca as pisadas dos portugueses, quando vivem entre nós. E os perigos sucedem-se em cadeia, como se já não bastassem a paralisação e o desprezo por esta mola vital de qualquer sociedade: o trabalho. Luxo, ligações ilegítimas, busca do *dom* ou de um título, nem que seja o de escudeiro (embora faminto...), ânsia de entrar na corte, considerar-se privado de el-rei, obtenção de mercês e de cargos, conseguidos não por méritos próprios mas por aderência. E esta ânsia de «crescer e medrar» toca todos: homens e mulheres, leigos e homens da Igreja que, para conseguirem os seus fins ou estonteados por situações para as quais não estavam preparados, enveredam por uma vida de dissolução, à qual nem o clero, regular e secular, escapa. Ser «frade é sinónimo de domicílio da hipócrisia» como sintetizou Clenardo.

Estes aspectos negativos da vida do reino, que encontramos denunciados pela sua pena, eram, na mesma altura, notados por portugueses que «não se acanhavam de os criticar» como diz na mesma carta. Mas muitos anos antes, no final do século XV, já alguns portugueses se preocupavam com o descalabro da sociedade em que viviam e deixaram consignados, em verso, os vícios e o desregramento em que mergulhávamos e as preocupações dos seus espíritos. Recordo apenas, e por agora, Álvaro de Brito Pestana e Duarte da Gama, cujos textos, onde estes aspectos são focados, entram obrigatoriamente

¹ Este deambular faustoso já era satirizado cerca de vinte e poucos anos antes do findar do século XV e um dos visados é Fernão Gomes da Mina, Mina que havia descoberto em 1469 e de que tinha os tratos por contrato de Novembro deste mesmo ano. A ostentação da sua grande riqueza não é poupada por Nuno Pereira quando, antes de 1481, escreve: «Ando por ruas a pee, / meus brozeguys com recramos, / criados, compadres, amos, / tudo casta de Guynee». *Cancioneiro Geral* (ed. do Centro de Estudos Românicos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, a cargo de Álvaro J. da Costa Pimpão e Aida Fernanda Dias), 2 vols., Coimbra-Porto, 1973-74; II, n.º 598.

Todas as citações do *Cancioneiro Geral* remetem para esta edição.

te em todas as antologias que do *Cancioneiro Geral* se publicam. Mas é só nelas, e nas introduções que as antecedem, que se faz ressaltar a pertinência desta sátira social como um dos aspectos mais relevante do *Cancioneiro*. Depois, e quando chega a altura das grandes sínteses, as duas composições são pura e simplesmente ignoradas; o retrato da sociedade portuguesa dos fins do século XV ou do dealbar do imediato, que elas nos ministram, é marginalizado como se não fossem testemunhos bem vivos, muito anteriores a críticas que vamos encontrar, mais tarde, na pena dos *grandes*: Gil Vicente, Sá de Miranda, Clenardo.

A extensa composição de Álvaro de Brito, dirigida a Luís Fogaça «sendo vereador na çydade de Lyxboa, em que lhe daa maneyra para os ares maos serem fora dela» (I, n.º 57), foi redigida depois de Dezembro de 1496, mas antes de 23 de Maio de 1500, data em que Álvaro de Brito já tinha falecido. Depois de 1496, porque o autor diz no texto: «Por marranos nã defamo / os que foram judeus sendo / crystãos lyndos / (...) Sam marranos os que marrã / nossa fee, muy ynfiées, / bautyzados, / que na ley velha s'amarram / dos negros Abrauanees / dotrynados», explicitação bem clara aos cristãos-novos e à sua forçada conversão. Ora a ordem de expulsão dos judeus foi publicada em Dezembro de 1496, concedendo-se o prazo de dez meses para a saída dos que não quisessem abraçar a fé católica.

O texto de Duarte da Gama é do mesmo período e foi escrito depois do Verão de 1496: falando das novas e desvairadas modas «que se mudã cada dya», precisa: «Porque como fez foaão / huũ capuz muyto comprido, / polo reyno foy sabydo, / todos dam ja pelo chaão», alusão evidente à gangorra que Lopo de Sousa, aio do Duque D. Jaime, trouxera de Castela, no regresso do exílio do Duque, em 1496, e que foi largamente motejada pelos cortesãos (II, n.º 596), inovação que ainda estava fresca na memória de todos, a ponto de suscitar uma nova moda e de a explicar (II, n.º 542).

Quem conhece a obra completa de Gil Vicente e se abalança a uma leitura cuidada e atenta do *Cancioneiro Geral* e das restantes obras de Garcia de Resende não pode deixar de estabelecer frequentes paralelos ou de fazer confrontos. Contemporâneos², vivendo na corte e fruindo a protecção régia, estes dois homens parece terem passado lado a lado, ignorando-se praticamente. Protegido pelo Rainha Velha e servindo-a como artista de ourivesaria e das letras, Gil Vicente serve ainda D. Manuel e D. João III, cujas cortes abrilhantou com os seus autos. A ele confiou o Venturoso as primeiras páreas de Quíloa, perpetuadas na custódia de Belém, e encarregou de preparar as festas que abrilhantariam a sua entrada e a da Rainha D. Leonor em Lisboa. Resende, moço de câmara e de escrivinha de D. João II, que o estimou de forma particular, está também ao serviço daqueles dois monar-

² Garcia de Resende, nascido c. 1470, faleceu a 3 de Fevereiro de 1536. As datas do nascimento e da morte de Gil Vicente são incertas: 1460? 1536?. A 16 de Abril de 1540, já não pertencia ao mundo dos vivos, inclinando-se Braamcamp Freire a pensar que talvez houvesse falecido em 1536, ano da sua última obra conhecida.

cas: com D. Manuel, integra-se no sobre séquito que acompanha o soberano e a jovem Rainha D. Isabel a Castela, onde se deslocam para serem jurados Príncipes herdeiros de todos os reinos e senhorios dos Reis Católicos (1498). Volvidos anos (1514), está em Roma como secretário, e possivelmente tesoureiro, da magnificente embaixada que D. Manuel enviou a Leão X, chefiada por Tristão da Cunha, que nela empenhou todos os seus esforços e haveres. Orgulhoso embora da esplendorosa entrada na Cidade Eterna que, «segundo todos dizem, foy a mais honrrada e a mais rica embaixada que nunca entrou em Roma»³ - testemunho pessoal indesmentido e confirmado pela pena de Alberto de Carpe, embaixador de Maximiliano I, em Roma, que na altura enviou ao Imperador uma longa missiva sobre esta embaixada portuguesa - cedo Tristão da Cunha experimenta dificuldades várias e, descrente e desalentado, escreve: «(...) e o Baram, que me a mym dizia em Lixboa que a embaixada de Roma nam era boa, porque se gastaua nella muito dinheiro, elle ho sabia bem; mas nam tenho outra consolaçam senam depois que despender todo meu dinheiro, acolher-me às minhas casas d'Enxobregas, como vós, Senhor, verês (...)»³.

Sendo D. João III ainda Príncipe, dedica-lhe Resende o *Cancioneiro Geral* que coligiu, entre outras razões mais ponderosas, declaradas também no Prólogo, «por em algũa parte satisfazer ao desejo que sempre tiue de fazer algũa cousa em que Vossa Alteza fosse seruido e tomasse desenfadamento». Esta ideia de «serviço» é manifestada ainda no Prólogo da *Crónica de D. João II*, quando, ao dirigir-se ao monarca reinante, escreve: «E porque, Senhor, Vossa Alteza sempre de sua mocidade ate agora foy muy incrinado e teue muito amor aas cousas d'El Rey Dom Ioam, vosso tio, porque em sua coronica ficaram muitas por escreuer, por descuydo ou esquecimento, trabalhey em minha memoria, quanto a mi foy possiuel, por me lembrarem algũas; e por saber quanto Vossa Alteza com isso hauia de folgar, pois lhe parece tam bem, tomey esta acupaçam e lhe fiz *este seruiço* em escreuer sua vida»⁴.

³ Carta de Tristão da Cunha ao Secretário de Estado, António Carneiro, escrita de Roma, a 11 de Abril de 1514. (In *Corpo Diplomatico Portuguez*, ed. preparada por Luis Augusto Rebelo da Silva, Lisboa, Academia Real das Ciências, t. I, 1862, p. 243).

⁴ *Lyuro das obras de / Garcia de Resède / que trata da vida e / grãdissimas virtu- / des: e bõdades: magnanimo / esforço: excelentes costumes e / manhas e muy craros feitos / do christianissimo: muito al / to e muyto poderoso principe el Rey dõ João o se- / gundo deste nome: e dos Reys de Portugal o tre- / zeno de glosiosa memoria: começado do seu nacimẽ- / to e toda sua vida ate a ora de sua morte: cõ outras / obras que adiante se seguem.*

Este é o título exacto do volume que contém a Crónica, tal como foi estampado na edição *princeps* de 1545, título que trasladámos de D. Manuel II, *Livros Antigos Portugueses*, 3 vols., Londres, Maggs Bros, 1929-1935. Cf. II, pp. 190 e ss.

Sempre que tivermos necessidade de nos reportarmos a esta obra, designá-la-emos por *Crónica de D. João II* e servir-nos-emos da edição intitulada *Crónica de D. João II e Miscelânea* (com introdução de Joaquim Veríssimo Serrão), Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1973, na qual estão integrados ainda os seguintes textos: *Tresladaçam (...) de Dom Joam o Segvndo da Sé da cidade de Sylues pera o Mosteiro da Batalha; A entrada d'El Rey Dom Manoel em Castella* e a *Ida da Infanta Dona Beatriz pera Saboya*.

Uma única vez Gil Vicente, na sua vasta produção, se refere a Resende, fazendo-o figurante de um dos seus autos, as *Cortes de Júpiter*: motivado pelo seu adiposo corpo, metamorfoseia-o em peixe tamboril e engrossa com ele o séquito anfíbio que acompanha, barra fora, a Infanta D. Beatriz, na sua partida para Sabóia, não deixando de aludir a algumas das suas «manhas»:

E Gracia de Resende,
feito peixe tamboril,
e inda que tudo entende,
irá dizendo por ende
quem me dera um arrabil.⁵

Resende não esqueceu Mestre Gil em três das suas obras: no *Cancioneiro*, temo-lo representado no conhecido *Processo de Vasco Abul* (II, n.º 803), em que emite um parecer por mandado da Rainha D. Leonor; na *Miscelânea*, deixou consignado o grande valor das representações vicentinas e o primado das novas «invenções achadas», no conhecido passo:

E vimos singularmente
fazer representações
d'estilo muy eloquente,
de muy nouas inuensões,
e feitas por Gil Vicente;
elle foy o que inuentou
isto ca, e o usou
com mais graça e mais dotrina,
posto que Joam del Enzina
o pastoril começou.

(*Misc.*, p. 363).

Finalmente, no relato da *Ida da Infanta Dona Beatriz pera Saboya*, refere o grande serão do paço, organizado para festejar o casamento da Infanta com Carlos III, Duque de Sabóia: «E as danças acabadas, se começou hũa *muyto boa e muyto bem feyta comedia de muytas figuras, muyto bem ataiadas e muy naturales*, feyta e representada ao casamento e partida da Senhora Infante, *cousa muyto bem ordenada e bem a proposito*; e com ella acabada se acabou o serão»⁶. A comédia, elogiosamente referida, é a tragicomédia *Cortes de Júpiter*, cuja representação teve lugar a 4 de Agosto de 1521, segundo escreve Garcia de Resende que, como vemos, omitiu o autor e o título do auto. Procedia, assim, de forma similar à adoptada quando, na *Crónica de D. João II*, cala o nome da Cataldo que, em Évora, «fez hũa pratica à vinda e entrada da Princesa»⁷. Porquê estas atitudes? A interro-

⁵ Gil Vicente, *Obras Completas* (ed. preparada por Marques Braga), 6 vols., Lisboa, Clássicos Sá da Costa, 1942-44. Servimo-nos desta edição, apesar das suas deficiências, por mais acessível.

⁶ *Crónica de D. João II*, p. 326. O itálico é nosso.

⁷ *Ibid.*, p. 171.

gação é pertinente, tanto mais que anteriormente nos tinha informado haver o Doutor Vasco Fernandes de Lucena, Chanceler da Casa do Cível, ter proferido, junto à ribeira do Caia, «hũa pratica derigida à Princesa em nome d'El Rey e do Reyno»⁸.

E que pensar da quase nula representatividade de Gil Vicente no *Cancioneiro Geral*? Conhecendo-se o empenho e as diligências levadas a cabo por Garcia de Resende na recolha de textos para a colectânea, servindo-se até de intermediários para a sua obtenção; conhecendo-se o forte pendor satírico de Mestre Gil, causa estranheza não vermos o seu nome associado, pelo menos, a tantas «cousas de folgar», que tiveram a sua génese nos pequenos nadas do dia a dia do paço, congregando à volta do mesmo tópico burlesco um sem-número de servidores de El-Rei, que contribuíam, deste modo, para animar os serões da corte, a que o dramaturgo estava intimamente ligado. Porque não foi incluído no *Cancioneiro* o *Sermão de Abrantes* (1506) ou algumas das «obras meudas» (uma que outra seria provavelmente anterior a 1516, ano da edição *princeps* da colectânea resendeana), que falecem no quinto livro das *Obras Completas*, que ao tempo da 1.^a edição se desconheciam já, «porque as mais das que o autor fez desta calidade se perderam»⁹? Ignorância propositada de Garcia de Resende? Atitude consciente de Gil Vicente, recusando (e porquê?) a sua colaboração na empresa de um seu contemporâneo? Não esqueçamos que, à época, as rivalidades, bem como os detractores eram muitos e de temer: Gil Vicente enfrentou-os e deu-lhes réplica com o *Sermão de Abrantes* e com a *Inês Pereira*; Resende reconhece haver-se exposto a «perigos» e a ouvir «glosadores», quando lançou mão da pena para escrever a *Crónica de D. João II* e a *Miscelânea* que, cautelosamente, coloca sob a égide de D. João III, tal como fizera com o *Cancioneiro Geral*. Rivalidades? (mas porquê?) Fumos de superioridade? Injustificadas julgamos as duas atitudes, a existirem, porque ambos, tendo em conta a distância que os separa, ocupam um lugar na cultura portuguesa de Quinhentos, da qual os dois se não podem desligar. Parece-nos lícito afirmar que nenhum elo de simpatia ou de boas relações ligava estes dois homens, quase fechados num mutismo recíproco. E, no entanto, um e outro são portadores de marcas de uma época de transição, são homens excepcionalmente dotados, cujas capacidades aproveitam em dimensões diferentes, têm interesses e pontos de vista comuns, defendem idênticas posições e podem, com justeza, ser considerados representantes do «bom Portugal o velho». Personalidades multifacetadas, Gil Vicente é o artista do ouro e da palavra poética; Garcia de Resende, embora não modelando o ouro num trabalho de miniaturista e de delicada filigrana, tem os dotes do desenhador voltado para o campo arquitectónico e para o «debuxo» (quem sabe se também para a pintura?)¹⁰ e cultiva a poesia, revelando, em algumas composições, uma fina

⁸ *Ibid.*, p. 166.

⁹ *Obras*, VI, p. 259.

¹⁰ Esta interrogação surge ao nosso espírito, quando lemos o testamento de Garcia de

análise dos mais profundos sentimentos líricos e a capacidade de os traduzir em verso.

Mestre Gil e Resende têm, em certa medida, actividades paralelas: se o primeiro se incumbem de animar o paço com as representações dos seus autos, para cujos cantares compõe, por vezes, a música, quer em datas festivas da Igreja, quer celebrando enlaces régios e nascimentos principescos, quer exaltando feitos históricos, o segundo é o galante de circunstância, que para a corte compõe e canta vilancetes e cantigas e que, por mandado de D. Manuel, escreve as trovas «para hũ joguo de cartas se jugar no serã» (II, n.º 880). A corte, na globalidade, mas também na individualidade dos seus componentes - reis, príncipes, donas, donzelas e galantes - desfila em textos dos dois autores, alguns, por vezes, bem caracterizados por facetas temperamentais.

Ambos olham com interesse a poesia de tipo tradicional e a dos cancioneiros, que lhes são coevos ou próximos: de um lado, vilancetes e cantigas alheias preenchem espaços cénicos, cantados pelos personagens em precisos momentos ou entrecortando monólogos e diálogos, enriquecida, assim, por esta técnica, a sua produção; do outro, os mesmos esquemas formais ou versos isolados são fonte de inspiração, conduzem à glosa ou encastoam-se nos textos, denunciando, num caso e noutro, uma familiaridade com a criação alheia, assimilada por via oral, manuscrita e impressa.

O pendor renascentista de ver na poesia de tipo tradicional porventura «místicos ecos de la belleza natural»¹¹ torna-os receptivos aos romances. Como era de esperar, a obra vicentina continua sendo mais rica. Mestre Gil não só revela conhecer diversos romances (alguns eram tão correntes na época que, apesar de serem cantados nas suas peças, são apenas indicados pelo primeiro verso) como é levado ainda à sua elaboração. Muitos dos seus autos acusam o interesse do autor por este tipo de composições: assim, ora se apropria dos textos tradicionais com uma finalidade estética, ora cria ele próprio os romances, em língua portuguesa e castelhana, ora salpica diversos autos com versos de romances, logicamente concatenados com as falas dos protagonistas, num à vontade de quem vive num contacto contínuo com este tipo de poesia, ora vai até à paródia de outros. Mestre Gil compõe romances,

Resende e constatamos que a Maria, sua filha, para lá de outros legados valiosos, lhe deixa «todos meus retratos que valem muito e os cinco livros de debuxos que tem muita valia (...)». O valor dos quadros é confirmado mais uma vez, quando recomenda que «tudo se venda com grande recato e o façam saber a El-Rei e aos Infantes, porque ha muitas cousas de pinturas milhores que ha no Reino e folgarão de as comprar (...)». (Apud António Bartolomeu Gromicho, *O testamento de Garcia de Resende*, in *A Cidade de Évora*, ano V, fascs. 13-14, 1947, pp. 3 e ss.).

Quem era tão largamente dotado para o desenho não pintaria também? É bem provável que sim e talvez que algum dos quadros fosse da sua autoria. A hipótese não é de rejeitar, creio.

¹¹ Américo Castro, *El pensamiento de Cervantes*, Barcelona-Madrid, Edit. Noguer, 21972, p. 185.

reproduz, cita, parodia e adapta textos do Romanceiro aos interesses imediatos da sua actividade literária¹².

Dos romances por ele criados é o de Flérida, *En el mes era Abril, / de Mayo antes un dia* - que, no *D. Duardos*, se diz primeiro representado e depois cantado como remate da tragicomédia - aquele que ganhou projecção no tempo e no espaço: publicado no *Cancionero de romances sin año* (impresso em Anvers, provavelmente entre 1547 e 1549), entrou também na 2ª ed. de 1550, correu em folhas volantes dos séculos XVI a XVIII, saídas de prelos espanhóis e portugueses, foi glosado no século XVI por António Lopes, estudante português em Salamanca, e ainda hoje se mantém vivo na tradição oral do país vizinho, em Portugal continental e insular e em comunidades portuguesas e sefardis espalhadas pelo mundo¹³. E tocado por dois acontecimentos da vida de Nação, a morte de D. Manuel (1521) e a aclamação do sucessor, D. João III, é a forma do *romance* que escolhe para prantear o Venturoso e para celebrar a subida ao trono do novo monarca.

Mas, neste gosto pela poesia de tipo tradicional, Gil Vicente vai mais longe: abre os olhos para o paralelismo galego-português e, avisadamente, coloca cantares desta feição na boca da gente humilde, talvez num esforço, não conseguido, de recuperar estes cantares e de os projectar no seu tempo e nos séculos futuros, com a mesma vitalidade com que os romances se difundiram, quer fossem de feição jogralesca, artística ou tradicional. Mais modestamente, o compilador do *Cancionero*, embora afirme que «polos rymançes e trouas» se conhecem e perpetuam os feitos dos reis e dos grandes, apenas recolheu na sua colectânea um romance de feição lírica, o *Tiempo bueno, tiempo bueno*, a que teceu uma feliz glosa (II, nº 837), para lá de um que outro verso destes cantares, cuja toada também assimilou¹⁴.

¹² Eis alguns exemplos que corroboram as afirmações supra: *Remando vão remadores (Barca do Purgatório)*, *Niña era la Infanta (Cortes de Júpiter)*, *En el mes era de Abril (D. Duardos)*, *Voces daban prisioneros (Breve Sumário da História de Deus)* são criações de Mestre Gil. *Ai Valença, guay Valença (Auto da Lusitânia)*: o alfaiate e o filho cantam um fragmento de *Helo, helo, por do viene; Mal me quieren en Castilla (Inês Pereira)*, *Em Paris está Don'Alda (Comédia de Rubena)*: o primeiro é cantado pelo *Escudeiro*, enquanto o segundo faz parte dos cantares que a *Ama* conhece e se dispõe a cantar; parodia mais do que uma vez a *Bella malmaridada*: e.g. *Frágua de amor, Triunfo do Inverno; Tiempo era el caballero, Majadero sois, amigo (C. de Rubena e Templo de Apolo)* são adaptações de vv. de *Tiempo es, el caballero* e de romances de Bernardo del Carpio e do Conde Fernán González. A obra vicentina é, no entanto, muito mais rica neste aspecto e isso mesmo espero vir a mostrar em estudo doutra indole.

¹³ Cf., entre outros estudos, Carolina Michaëlis de Vasconcelos, *Estudos sobre o Romanceiro Peninsular. Romances Velhos em Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 21934, pp. 115-123; I. S. Révah, *Édition critique du «romance» de don Duardos et Flérida*, in *Bulletin d'Histoire du Théâtre Portugais*, t. III, número 1, Lisboa, Institut Français au Portugal, pp. 107-139; Manuel da Costa Fontes, *D. Duardos in the portuguese oral tradition*, in *Romance Philology*, vol. XXX, n.º 4, Berkeley, University of California Press, 1977, pp. 589-608; *id.*, *Lizarda: A rare vicentine ballad in California*, *ibid.*, vol. XXXII, n.º 3, 1979, pp. 308-314.

¹⁴ *Olhos que o vyram hyr* (II, n.º 871) e *Estando muy de vaguar, / bem fora de tal cuidar, / em Coymbra d'aseseguo, / polos campos de Mondeguo / caua leyros vy somar* (*ibid.*, n.º 861). Cf. os meus trabalhos *O «Cancionero Geral» e a poesia peninsular de Quatrocentos (Contactos e sobrevivência)*, Coimbra, Liv.ª Almedina, 1978, pp. 278 e 274; *Motos, vilancetes, cantigas e*

Convém, todavia, notar que Mestre Gil, desde 1502 (*Monólogo do Vaqueiro*) até 26 de Setembro de 1516, data da impressão do *Cancioneiro Geral* (obra onde Resende deixou manifestada a sua simpatia pelos romances), só duas vezes e em dois dos seus autos, *Quem tem farelos?*¹⁵ e *Auto dos Físicos* (1512), acusa a presença de textos desta índole: *Por Maio era por Maio* e *En el mes era de Maio*, muito embora houvesse já composto um número significativo de obras¹⁶. Passam-se seis anos de produção e eis que a partir de 1518, com a *Barca do Purgatório*, o romanceiro invade a obra vicentina, ganha nela raízes, testemunhando a receptividade do autor ao gosto pelos romances, que dominava a Península.

Em feição de homem leigo e afrontando a oposição de muitos, Gil Vicente prega o *Sermão de Abrantes* (1506). Garcia de Resende, por sua vez, não prega um sermão, mas determina escrever um: porque sendo muito devoto dos Reis Magos e porque o não satisfazia a diversidade das pregações ouvidas, redigiu em 1536, vinte dias antes do seu falecimento, um sermão «sobre a vinda dos sanctos tres Reis magos», que dirige a alguém que designa por *Senhor* e por *Vossa Mercê*, mas que ignoramos quem seja.

Não era a primeira vez que o compilador do *Cancioneiro*, na qualidade de leigo, pisava o campo da doutrina religiosa: de 1521 data a primeira edição conhecida do «confessionario em lingoagem portugues, feito per Garcia de Resende, e emprimido per mandado» de D. Manuel. «Breve memorial dos pecados e cousas que pertencem ha confissam», como reza o título, o pequeno opúsculo acompanhou as armadas na obra de evangelização dos Portugueses. Mas, antes daquela data, já a obrazita circulava, pois que do presente de livros com que o Venturoso obsequiou o Preste João, organizado em Portugal entre 1514 e 1515, faziam parte cem exemplares do dito confessionário¹⁷.

E a 8 de Setembro de 1523, sabemos, pelo seu testamento, redigido nesta data, ser seu desejo imprimir uma Paixão de Cristo, que não chegou a ver em letra de forma. Foi publicada postumamente, conhecendo até hoje apenas

romances glosados (séculos XV e XVI), sep. da *Revista de História Literária de Portugal*, III, Coimbra, Faculdade de Letras, 1974.

¹⁵ Braamcamp data o auto dos fins de 1508, começos de 1509, e alvitra que, só depois da representação ao vulgo, fora apresentado a D. Manuel, talvez em 1511.

¹⁶ Durante este período de 14 anos, escreveu Gil Vicente e fez representar os autos seguintes: *Monólogo do Vaqueiro* (1502), *Auto dos Reis Magos* (1503), *Auto dos Quatro Tempos* (1503?), *Auto de S. Martinho* (1504), *Quem tem farelos?* (1508? 1509?), *Auto da Índia* (1509), *Auto da Fé* (1510), *Auto das Fadas* (1511), *Auto dos Físicos e Velho da Horta* (1512), *Exortação da Guerra e Auto da Sibila Cassandra* (1513), *Comédia do Viúvo* (1514), *Auto da Fama e Auto da Festa* (1515).

Como em *Quem tem farelos?* e no *Auto dos Físicos* apenas são referidos os dois versos apontados supra, não sei se trata, na realidade, de dois romances distintos ou de um mesmo texto, cujo primeiro verso acusa a variante *En el mes era de Maio*. Variante vicentina? Não custa a aceitar a hipótese, visto que não conseguimos localizar tal verso. Quanto ao primeiro romance, *Por Maio era por Maio*, teve larga voga e entrou no *Cancionero de romances, sin año*, f. 251.

¹⁷ Apud Inocêncio Francisco da Silva, *Dicionário Bibliográfico Português*, III, Lisboa, Imprensa Nacional, 1869, p. 121; Álvaro J. da Costa Pimpão, *Idade Média*, Coimbra, Atlântida, 21959, p. 371, n. 7, que aponta os problemas de ordem bibliográfica suscitados pela dita obra.

esta edição, integrada no *Lyuro das obras de Garcia de Resêde*, edição *princeps*¹⁸.

A epistolografia é também uma área tocada por estes dois quincentistas: de Gil Vicente apenas conhecemos a carta escrita de Santarém a El-Rei D. João III, sobre a fala que fez aos frades desta cidade, reunidos a seu pedido na crasta do convento de S. Francisco, numa tentativa de dissipar os receios e as credices que se avolumaram à volta do terramoto de Janeiro de 1531. Prática feliz, de efeitos convincentes e imediatos, reveladora da capacidade de argumentação e de persuasão do dramaturgo, da versatilidade do seu espírito, preocupado com a pureza da fé, que pretendia simples, límpida, despida de superstições, e também com uma parte da sociedade portuguesa tão perseguida e odiada quanto necessária ao reino e que, todavia, não escapou também à sua sátira.

Já velho e cheio de achaques, retirado nas suas casas de Évora, Garcia de Resende é ainda o homem respeitado que a Câmara escolhe para integrar a assembleia, que devia eleger os procuradores da sua cidade às cortes convocadas por D. João III. Impedido embora pela doença, ainda se preocupa com a *res publica* e, por carta de 1535, não só indica as pessoas que, em seu entender, deviam tomar assento nas cortes, como lembra a necessidade de se requerer ao monarca que «faça merçê a esta çidade de todolos privilejios que tem e teuer a çidade de Lixboa», que se restaure a antiga feira franca e que «pase aquy os Estudos Jeraes pera a çidade se povoar»¹⁹.

A carta que no mesmo ano de 1535 dirige a D. Francisco de Castelo Branco, camareiro-mor de D. João III, «quando não servia no officio» é de leitura aliciante, não só pela estrutura, pela beleza e correcção do estilo, mas porque nos revela um Garcia de Resende, a escassos meses da morte, preso ainda à ideia de «serviço» devido ao Rei, ideia que o acompanhou ao longo da vida e que era timbre de todo o português de boa estirpe. Depois de por diversas vezes havermos ouvido os seus queixumes e desilusão face ao desconcerto do mundo, os quais envolviam também a corte, onde vivera desde muito jovem, causa espanto, à primeira vista, o empenho com que tenta demover o amigo do isolamento a que se votou. Na missiva fala o cortesão, conhecedor seguro e experimentado do paço, que deseja ver frequentado e ornado com a alta fidalguia portuguesa. Pela força da palavra escrita e num perspicaz jogo de sedução, a corte é pintada com todos os seus encantos, deleites e atractivos, com a finalidade de um efeito persuasor. Isto dito apenas assim seria revelar um Resende falso, hipócrita, tentando lançar o amigo para um meio que o desgostara (como desgostara um Sá de Miranda), pretendendo envolvê-lo na sua vida tentacular, que Resende tão

¹⁸ A fól. CXLVIj, temos a portada da Paixão, que reza assiam: *Começasse a / paixão de nosso senhor Jesu xpo / toda inteira: segundo os quatro / euãgelistas: tirada de todos elles / em lingouãj português ajūtada / e côcertada per Garcia de resen/de por seruiço e louuor de deos.*

¹⁹ Apud Anselmo Braamcamp Freire, *Em volta de uma carta de Garcia de Resende*, in *Arquivo Histórico Português*, III, Lisboa, 1905, pp. 47 e ss.

bem conhecia. Mas a carta não diz apenas isto e foi habilmente estruturada para tentar surtir efeito. Garcia de Resende não era tolo a ponto de descrever apenas os prazeres da vida paçã a alguém que conhecia o reverso da medalha tão bem como ele.

«Se cartas não fossem cartas, muitas vezes escreveria a V. M. como desejo, mas porque a são o não ousar de fazer, pois as não leva o vento, como palavras e prumas, antes se guardam tão bem, que a todo o tempo se pode pedir razão de como se escreveram e porque as escreveram», assim se exprime, cautelosamente, o compilador do *Cancioneiro*, ao iniciar a carta em questão. E, pois D. Francisco lhe mandava que lhe escrevesse, aqui vai o seu pensamento quanto à vida retirada a que se votou. O elogio de Lisboa, metrópole cosmopolita, a beleza e o sossego das suas casas, o ambiente familiar são, sem dúvida, (e Resende não o nega, antes pelo contrário) bens a estimar; tanto mais que se podem gozar sem serem perturbados pelos inconvenientes, contratempos e dissabores do ofício, que muitos suportam por amor a El-Rei, às mercês, às honras e às riquezas. E embora numa atitude desconcertante afirme que «El-Rei Nosso Senhor tem tanta nobreza e bondade que, como V. M. quiser o que ele quer, ele quererá o que vós quereis» (!), pretende anular os malefícios e aspectos negativos da corte com uma filosofia de vida que apoia em doutrina bíblica: o homem não vive apenas para si, tem de ser útil aos outros, porque senão é como a figueira sem frutos, que Deus mandou que se cortasse. Servir o Rei e o Reino, mas ao mesmo tempo trabalhar para conservar e aumentar os bens, que os nossos antepassados nos legaram, são pontos de honra de qualquer um. Tudo o que Lisboa lhe oferece de bom e de agradável, tudo isso encontrará na corte, lado a lado, todavia, com os dissabores e com os cuidados a que procura dar remédio. E é ainda uma filosofia da vida, filha da experiência e dos anos, que o leva, no final da epístola, em jeito de sentenças e de uma forma simplista, a indicar-lhe o antídoto para os males da corte com os quais há-de conviver dia a dia²⁰. Para quem a quiser entender, a denúncia da podridão do mundo e, de modo particular, a da corte, aqui está neste final de missiva, bem marcado por esta prosa belamente ritmada que, como disse Felipe Simões, se

²⁰ Eis o passo a que nos reportamos: «Se V. M. disser que na corte há muitos ódios, não no tenhais a ninguém. Se vos pesar com mentiras, falai vós sempre verdade. Se vos avorrecerem mexericos, não ouçais mexeriqueiros. Se quereis mal a malsins, não entrem em vossa casa. Se souberdes tiranias, afastai-vos de tiranos. Se tendes odio à inveja, apartai-vos de invejosos. Fugi de blasfemadores, maus cristãos, regeneradores. Se alguém virdes fazer mal, vejam a vós fazer bem. Se vos agastarem tristes, buscai homens alegres, folgai com vossos amigos, conversai com virtuosos. Se vos desprezarem ruins, aprazer-vos-ão os bons. Se vos enfadarem pecos, falai com os avisados. Se vos carregam soberbos, sede, Senhor, mui humilde. Se vos pena haver ladrões, trabalhai que os não ouçais, e se maus despachadores, não será por vossa culpa. Se enfastiam maldizentes, não nos ouçais nem vejais. Se vos anojam baixezas, cá são todalas altezas. Não querendo ouvir homens, ireis ouvir gentis damas. Se quiserdes que vos louvem, há cá tantos lisonjeiros que vos alçarão no ar. Cá crescerão vossas rendas e lá hão-de vos minguar. Se, Senhor, vos parecer que há cá pouca virtude, a vossa será então muita». (Apud Andréa Rocha. *A epistolografia em Portugal*, Coimbra, Liv^a. Almedina, 1965, p. 82).

pode resolver, «pela maior parte, em versos de sete sílabas não rimados»²¹.

Mas em matéria de epistolografia Resende não se quedou por aqui, integrando-se também na corrente epocal das epístolas em verso, tão ao gosto dos quinhentistas. Assim, em verso de redondilha maior (o único que cultivou) escreve a Manuel de Goios, que estava na Mina por capitão. E porque este lha pedia «novas da corte», é sobre a corte que Resende vai falar, em trovas que formam como que um tríptico: notícias da família real, que cresce em saúde, galanteria e virtude, ao lado de notícias das damas do paço, admiradas e cortejadas pela sua beleza, notícias que salpica, por vezes, com uma nota brejeira; depois, são notícias mais ligadas à empresa ultramarina, explicitando, brevemente, alguns acontecimentos e os portugueses neles empenhados. A «fala em geral», que remata o texto, perde por completo o tom ligeiro e fútil das partes anteriores, para revestir o cariz de crítica social, que aponta para a corte e seus frequentadores, e onde a ambição e a inveja, os interesses e a intriga são as cartas que se jogam num jogo desenfreado, por vezes compensatório.

A composição é quase toda ela tocada pela nota da frivolidade. Conscientemente assim a escreve e, quando se aventura pelo campo das «novas» do reino, tem o cuidado de avisar:

As nouas de grande peso
nam esperareys de mym,
poys sabeys que he defeso
quem estaa em Almeiry
dizer com que seja preso.
Estou fora de falar
nelas e quero contar
as com que sey que folguays
e s'aquy nam toco mays
pond'a culpa a nam ousar.

(II, nº 836)

Há a necessidade de um prudente calar, necessidade que não deixa de contribuir, em parte, para o tom de superficialidade que ocupa grande parte das páginas do *Cancioneiro*. Este não *ousar falar* continua a ser denunciado no século XVI e vamos encontrá-lo, por exemplo, na pena de Sá de Miranda, na écloga dirigida a João Rodrigues de Sá de Meneses, quando Montano confia a Silvestre:

E porém, sabes que digo?
pera que melhor me entendas,
fugi as grandes contendas
como ogano fez Rodrigo,
por que nele me comprendas;
porque este mundo é tal
que é melhor cá nos desertos

²¹ *O Instituto*, vol. XV, Coimbra, 1872, p. 192.

sofrer e calar o mal
que descobrir os secretos
deste nosso Portugal.,

versos ao lado dos quais colocamos o testemunho de Marco Esteves, criado e oficial de El-Rei D. João III, que, em 1541, escrevendo de Almeirim para o cabido da Sé de Viseu dizia: «calar e fazer o que lhe mandarem, spicialmente neste tempo, que a verdade nom he ouvida e queimão a boca ao menino se quer falar o que vee»²².

A empresa ultramarina e as suas consequências não podiam estar ausentes das obras de Mestre Gil e do compilador do *Cancioneiro*, muito embora nenhum deles nela se tivesse empenhado de corpo e alma, quer servindo a causa da evangelização, quer seduzidos por intuitos mais imediatos como fossem a ilustração do nome ou a aquisição de riquezas. Nem um nem outro embarcou para as «partes de além» e ambos se quedaram por cá, frequentando a corte e servindo-a. Gil Vicente nada nos diz desta sua atitude, mas Resende, ante os perigos a que se expõem os seus contemporâneos, pagando muitas vezes com a vida o seu denodo e ousadia, não se envergonha de afirmar claramente a razão por que ficou:

Tenho tam avorreçyda
tod'arte de marear
que nam ey nela d'entrar
nesta vyda.

Daqui tee morte m'obriguo,
que quarto, vyntena, meo,
nem escreturas no seo
nam possam nada comyguo.
A esperança perdida
tenho de nunca tratar
e muyto mays d'enbarcar
em tal hyda.

Tenho vyda tam ysenta
que por mal que digu'aa sorte,
nam ey-de saber o noorte
nem m'am - d'achar em ementa.
Esta tenho escolhyda,
desta me fuy contentar,
a qual nam ey, sem medrar,
por perdida.

(II, nº 522)²³

²² Manuel Joaquim, *Notícia de vários documentos dos séculos XIII, XIV, XV e XVI, existentes no Museu de Grão Vasco*, Viseu, Publicações do Museu, 1965, p. 68.

²³ O texto transcrito constitui a resposta de Resende a trovas que Brás da Costa lhe endereçou, «quando veo a noua da morte do Vyso Rey e do Marichal na Yndea». O Vice-Rei é D. Francisco de Almeida, falecido na Aguada do Saldanha, em luta com os mouros (Março de 1510), quando regressava ao reino, após haver sido substituído por Afonso de Albuquerque. O Marechal D. Fernando Coutinho faleceu em Janeiro do mesmo ano, em luta inglória com o inimigo.

E, todavia, um e outro olham com orgulho os feitos portugueses de então, que exaltam, maravilhados com tantos triunfos e vitórias, «sendo tanta a multidão de jente dos contrayros e tam pouca a dos nossos»²⁴. Pequeno e muy grandioso, / pouca gente e muito feito» (*Cortes de Júpiter*), e feitos dos mais honrosos e ousados, assim sintetiza Marte a empresa portuguesa, que Gil Vicente e Garcia de Resende associam ao espírito cruzadístico. É a este empenhamento religioso que Mestre Gil adere, não pegando em armas, não partindo para a luta, mas servindo pela pena, pela palavra e pela representação cénica, num estimular de ânimos e de vontades, num avivar do espírito guerreiro, tal como na Idade Média os jograis épicos faziam, nos campos de batalha ou junto dos grandes senhores, despertando os espíritos para os feitos guerreiros e cavaleirescos. A darmos crédito à tradição, antes de se lançarem na batalha de Hastings (1066), os guerreiros ouviram uma *Chanson de Roland*, anterior à que hoje conhecemos, da boca de um jogral. Recorde-mos, ainda, que Afonso X, o Sábio, estabelece nas *Partidas* «que los juglares no dixiesen ant'ellos [os cavaleiros] otros cantares sino de gesta o que fablasen de fechos d'armas», e seu sobrinho, D. Juan Manuel, insiste na mesma linha de pensamento, quando escreve: «Desque hobiere comido et bebido, lo cual conviene con templanza et con mesura, a la mesa debe oír, se quisiere, juglares que le canten et tangan estormentes ante él, diciendo buenos cantares et buenas razones de caballeria et de buenos fechos, que muevan los talantes de los que los oyeren para facer bien»²⁵.

O grito de guerra de Gil Vicente é «Africa foi de Christãos, / mouros vo-la têm roubada», com o qual pretende despertar os ânimos do clero, da nobreza e do povo, concitando-os todos, incluindo as damas, na cruzada que levará a Azamor o Duque D. Jaime (*Exortação da Guerra*). Como cruzada entendia Mestre Gil as nossas expedições e lutas: o Portugal de então é, para ele, o «alferez da Fé» e esta adesão ao serviço de Deus e da Igreja, em que o reino está empenhado, sintetiza-a bem nos versos de arte maior, postos na boca da *Fé do Auto da Fama*:

Os feitos troianos, também os romãos,
muy alta Princesa, que são tam louvados,
e neste mundo estão colocados
por façanhosos e por muito vãos.
Em o regimento de seus cidadãos,
e algũas virtudes e moraes costumes,
vós, Portuguesa Fama, não tenhais ciumes,
que estais colocada na flor dos Christãos.

Resende não está só nesta posição e o seu pensar apresenta-se em perfeita consonância com o do amigo, que rejeita todas as riquezas a troco de uma vida mais modesta («antes cauar e roçar») e mais isenta de ciladas e canseiras: «Por passar tanta tormenta, / tempo e vyda tam forte / e tam perto ser da morte, / antes non quero pymenta».

²⁴ *Cancioneiro Geral, Prólogo.*

²⁵ Apud R. Menéndez Pidal, *Poesía juglaresca y juglares*, Madrid, Centro de Estudios Históricos, 1924, pp. 335, 374-375 e 376.

Vossas façanhas estão colocadas
 diante de Christo, Senhor das alturas:
 vossas conquistas, grandes aventuras,
 são cavalarias mui bem empregadas.
 Fazeis as mesquitas ser deserddadas,
 fazeis na Igreja o seu poderio;
 portanto O que pode vos dá dominio,
 que tanto reluzem vossas espadas.
 Porque o triunfo do vosso vencer
 e vossas vitórias exalçam a fé,
 de serdes laureada grande razão he.
 Princesa das famas, por vosso valer
 não achamos outra de mais merecer,
 pois tantos destroços fazeis a Ismael,
 em nome de Christo tomae o laurel,
 ao qual Senhor praze sempre em vós crecer.²⁶

Garcia de Resende também fala nos feitos famosos de Tróia e de Roma e, tal como Gil Vicente, reconhece que os dos portugueses, colocados em paralelo, não deslustram aqueles, antes ganham outra dimensão, que os torna ímpares na história da humanidade, porque guiados por um ideal mais nobre: o serviço de Deus. E ante a magnitude da empresa ultramarina, é Resende quem *avança* na ideia da necessidade da sua fixação por escrito, para que pontos altos da história de um povo se não percam no olvido do tempo.

Apesar da consciência do momento vivido, cujo valor urge não deixar cair no esquecimento, não vemos em Resende o incitamento ao feito guerreiro, mesmo que ele revista o cariz de uma cruzada, tal como o encontramos na *Exortação da Guerra*. As reiteradas afirmações do *Prólogo do Cancioneiro* sobre a força das armas e as guerras «sem nunca cessar»²⁷, através das quais impusemos a tantos reinos e a poderosos senhores o nosso domínio, poderão talvez ser interpretados como a não total adesão de Resende a esta linha da política portuguesa de então ou, pelo menos, a discordância da força como meio de a levar a cabo.

As vidas postas em jogo, muitas vezes por ambições desmedidas, e as incertezas que *acompanham cada um no momento do embarque são por ele*, como vimos, denunciados expressamente. Tanto Mestre Gil como Resende consignaram, em vários dos seus textos, o descabro social de então, sem que, no entanto, houvessem denunciado as suas causas. Não é admissível que ao lúcido espírito de cada um elas tivessem escapado: à sátira de cariz risonho ou moralizante de um e de outro subjaz o conhecimento de uma

²⁶ De notar que o verso mais amplo substitui, aqui, a redondilha utilizada no resto do auto, porque verso mais apropriado ao encómio de Portugal, feito na figura da Fama Portuguesa.

²⁷ Cf.: «tantos Reynos e senhorios (...) *per força d'armas tomados*»; senhoreando *per força d'armas* tanta parte de África, tendo tantas cidades, vilas e fortalezas tomadas e *continuamente guerra sem nunca cessar*»; «tantos reys mouros e gentios e grandes senhores sam *per força feytos* seus suditos e seruidores».

sociedade minada nos seguros alicerces do Velho Portugal, consequência inevitável das descobertas, que bem cedo nos brindaram com as marcas do poder e da grandeza, poder e grandeza que nos deslumbraram e estontearam bem cedo também. Feitos heróicos, grandes empenhamentos, actos destemidos, actos de abnegação, esses eram para as praças de África e para as recônditas paragens orientais. Aqui, em Portugal, éramos «mays moles que duros / pola froxeza da terra» e a «nossa fantesya / estaava posta em folguar / e às vezes em ganhar / em qualquer mercadoria». (I, nº 394). Lisboa era um mar de riquezas, nada lhe faltava senão «gouerno [e] bons regimentos» (*Misc.*, p. 363). O desprezo pelo trabalho, a existência de uma população inactiva, servida pelos braços de milhares de escravos, que enchem o reino, enquanto os seus naturais se ausentam para as Ilhas, África, Brasil e Índia, sinais evidentes de próxima ruína, levam Resende a escrever:

Veemos no reyno metter
 tantos captiuos crescer,
 e yrem-se hos naturaes,
 que se assi for, seram mais
 elles que nós, a meu veer.
 (*Misc.* p. 363),²⁸

sistema que, longe de conduzir ao bem-estar da sociedade, contribui para a falta e para a carestia dos produtos alimentares (*Auto da Feira*). Grandes e pequenos, nobres e plebeus, clero regular e secular não têm em mente senão «crescer e medrar»; não se olha à condição nem à competência de cada um, não se serve com lealdade, dedicação e zelo; favorecem-se os amigos, os cargos são dados não por mérito próprio, mas por «aderência». Físicos ignorantes do seu mister, juizes corruptos, pilotos adventícios, clérigos dissolutos pululam na sociedade portuguesa; ninguém quer viver segundo o seu estado e condição e a prosápia dos nobres exige que «Todo o fidalgo de raça, / em que a renda seja curta,» deve viver uma vida de aparências (*Farsa dos Almocreves*). Não se olha a meios para atingir os fins, a mentira campeia por todo o lado, a verdade, desprezada de todos, não encontra onde se acolher, pois a mentira é honrada «por melhor e mais principal» (*Auto da Festa*).

As falas de *Todo o Mundo* e *Ninguém* do *Auto da Lusitânia* opõem duas normas de conduta, uma toda voltada para os bens temporais, ditada pelas circunstâncias da época, e que constitui a regra, a outra olhando aos valores morais, tão arredados do dia a dia dos homens: *Todo o Mundo* busca dinheiro, honra, louvores, vida; quer o paraíso; é mentiroso e lisonjeiro. *Ninguém* busca consciência, virtudes, repreensão, conhece a morte; paga o que deve; é verdadeiro e desenganado.

A sátira de feição religiosa, visando tanto o clero regular como o secular,

²⁸ Cf. as palavras de Clenardo, transcritas atrás, p. 39.

ocupa grande espaço na produção vicentina²⁹ e agiganta-se, numa ousadia inesperada, quando a Igreja como instituição, simbolizada por Roma, vem à feira comprar «paz, verdade e fé» a troco de indulgências e jubileus. O clero, desde o mais alto dignitário eclesiástico ao mais modesto padre de aldeia, sai sempre, da pena de Gil Vicente, tratado pela negativa. Padres e frades são tão mundanos como os mais mundanos leigos do seu tempo, movem-se pelos mesmos interesses, têm as mesmas ambições e os mesmos defeitos: são ignorantes, jogadores, orgulhosos, beberrões, lobos vorazes («A renda que apanhais / o melhor que vós podeis, / nas igrejas não gastais / aos proves pouca dais, / eu não sei que lhe fazeis» (*Exortação da Guerra*); galantes, espadachins, enamorados, mexeriqueiros como todo o bom cortesão, conhecedores profundos e experimentados do amor, não rezam as horas canónicas, mas as das «negligências humanas» (*Auto da Lusitânia*); adoram Cupido, discorrem sobre a força do Amor, desenvolvendo o tema *Amor vincit omnia* (*Auto das Fadas*); «mantêm as regras das vidas casadas» (*Comédia sobre a divisa da cidade de Coimbra*), «porque são leis dos antigos fados, / cousa na terra já determinada, / que os sacerdotes que não têm ninhada / de clerigozinhos são excomungados» (*ibid.*). É todo este comportamento desculpado pelo confessor, também ele enamorado, que força a doutrina evangélica a seu bel-prazer, alegando que Deus criou e ordenou o amor (*Auto dos Físicos*).

Nada há a esperar de bom destes membros da sociedade portuguesa e o próprio clero sente e reconhece que é um cancro do meio: «Filho de clérigo es / nunca bô feito farás» observa o padre do *Clérigo da Beira* ao filho Francisco, com quem partilha a reza do breviário, a vida familiar e os prazeres da caça. No *Breve Sumário da História de Deus*, Abel diz ao tentador:

Oh! e tu gabas-te e fazes-te sancto?
 Juro-te, amigo, que *hypocrita es*.
Torna-te monge, descalça esses pés,
 e serás fino nessa arte dez tanto.

numa afirmação corroborada alguns anos mais tarde por Clenardo (cf. atrás, p. 39).

«Clericus et negotiatores» (sic) se definiu a si próprio o capelão da *Farsa dos Almocreves*. Receber ordens, professar num convento, viver no ermitério é pisar terreno seguro para uma vida despreocupada, é fugir às responsabilidades exigidas pela expansão ultramarina, é um meio de enriquecimento

²⁹ Dos 44 autos conhecidos, que Gil Vicente nos legou (não contando com o *Jubileu de Amores*, representado em Bruxelas ante o Cardeal Aleandro, legado do Papa, que atónito confessava parecer-lhe estar na Saxónia «e ouvir Lutero ou estar no meio dos horrores do saque de Roma»), 24 deles, aos quais devemos somar o *Pranto de Maria Parda* e a *Carta a D. João III*, voltam a sua sátira contra o clero, passando a pente fino a vida e a conduta irregularíssimas destes ministros de Deus.

através de prebendas e de benefícios vários, é uma via para a obtenção de um bispado, é uma porta aberta para se ser de El-Rei.

A leitura das trovas que Garcia de Resende dirigiu a Rui de Figueiredo, que estava «detremynado pera se meter frade» (II, nº 878) denuncia já o testemunho vicentino quanto ao desregramento da vida conventual, originado, em parte, pela adopção do princípio vigente de que os filhos segundos, privados da herança paterna, ou seguiam a carreira das armas ou a vida religiosa³⁰. Esta era muitas vezes a escolhida, pois oferecia garantias de maior tranquilidade, de menor preocupação e responsabilidade, de maior desafogo. Sob o hábito e sob a aparência de mortificado, se escondia, frequentemente, o cortesão, o galante enamorado, o espadachim, o homem mundano. Mas um Frei Paço ou um frade, tipo frade da *Barca do Inferno*, não se preocupavam com as aparências e manifestavam ostensivamente as marcas do homem do século. Os conselhos que Resende dá ao amigo, quanto à vida que deve viver no convento, são de uma ponta a outra o esmiuçar de situações e de comportamentos típicos dos mosteiros da época, cheios de homens sem vocação religiosa e nada preocupados em observar os princípios inerentes aos votos proferidos. Religiosos desta índole, tornados professos sem vocação, são condenados por Resende como são condenados por Mestre Gil, que limpa esta chaga moral, pondo-lhes nas mãos as armas e enviando-os para a luta contra os mouros (*Frágua de Amor*). A leitura deste texto do *Cancioneiro Geral* a todo o momento nos remete para o teatro vicentino, recordando-nos o Frei Paço e o Frei Narciso da *Romagem de Agravados*, o Ermitão da *Tragicomédia Pastoril da Serra da Estrela*, o Frei Rodrigo da *Frágua de Amor*, o frade domínico da *Barca do Inferno*: hipocrisia, traduzida numa vida de aparente oração, sacrifício e jejum, que na cela encontrava os prazeres da comida e da carne; o hábito vestia-se apenas no convento; na cela estavam todos os pertences do cavaleiro, incluindo as armas e a cabeleira «para cobrir a coroa», sempre que se empreendiam saídas fortuitas; «envejar, mexericar / são meus salmos de David / que costume de rezar» diz Frei Paço, numa crítica idêntica à de Resende, quando aconselha o amigo a ser «muy mexeryqueyro» e a murmurar de uns e de outros.

Todos os aspectos do descabro social, que temos vindo registando, os

³⁰ As mulheres, que entravam nos conventos, sem vocação, eram muitas e também a sátira gilvicentina as denuncia, embora de forma mais atenuada: também elas vão à feira comprar unguentos «com que voem do convento», na mira de remediarem uma situação que lhes foi imposta. E o velho tópico literário da «nonne malgré elle», de raiz medieval. A vida de clausura, o estarem afastadas da vista e fala de parentes e amigos revoltam *Domicilia* e *Dorosia*, «agravadas» monjas da *Romagem de Agravados*. E a fuga para o convento, no intuito de fugir às tentações do mundo, é atitude que Gil Vicente condena: «A salvação eu me fundo / na freira não ser segura, / porque está sempre em ventura / este segredo profundo, / em quanto lhe a vida dura. / Que também lá ha peleja / da razão com apetito; / e isto não vale igreja. / (...) / Serdes leiga e casta abasta; / e ainda he bem mister / haver hi das castas casta; / e quem disto se afasta / fora escusado nascer», diz a *Beata a Cismena*, que manifestava o desejo de ser religiosa. Cf. no *Cancioneiro Geral*, I, nº 362; II, núms. 611 e 827, que apontam para a dissolução dos conventos femininos.

encontramos já no *Cancioneiro Geral* e, mais tarde, na *Miscelânea*. Autores vários do *Cancioneiro*, e. g., Álvaro de Brito Pestana, Nuno Pereira, D. João Manuel, Condestável D. Pedro, João Rodrigues de Castel Branco, Luís da Silveira, Duarte da Gama, Diogo de Melo da Silva, Garcia de Resende acentuam as mesmas notas³¹. Este descalabro apelida Duarte da Gama de *desordens*, enquanto Álvaro de Brito, numa posição declaradamente anti-judaica, fala dos *ares maus* que infestam o reino, principalmente Lisboa.

Homens de corte, entregues às «gentilezas e cousas de folgar», revelam inopinadamente um poder de observação, de análise e de reflexão, que os faz enveredar pelo campo da denúncia dos males que minam o reino: os homens da justiça com as peitas, os comerciantes especuladores, que roubam nas pesas e nas medidas, as alcoviteiras e os usureiros; os judeus, com as suas torpidades e «sotys enlyços», exercem acção nociva na sociedade; deles copiamos os maus exemplos, deles adoptamos as práticas judaicas e profanamos a nossa fê; impera a falsidade, os amigos são traídos, serve-se mal o Rei, campeia o adultério («Casados têm barragâas / e casadas barragâas»), o clero regular e secular trai os princípios por que se devia reger; a ambição é desmedida e todos querem ser *senhores*; flamengos, genoveses, florentinos e castelhanos, atraídos a Lisboa pelo negócio, «leuam ouro, trazem pao, / nossos tratos mercadantes / desordenam» (I, nº 57).

Aventurámo-nos desenfreadamente pelo campo dos vícios, pelo que Duarte da Gama, consciente do abismo, escreve:

O cauallo desbocado
nunca se pode parar
sem primeyro se canssar,
entam logo he parado.
Assy creyo que faremos
nos gastos demasyados,
e depouys de bem canssados
pararemos.

.....
A çidade de Cartago,
depouys de ser destroyda,
fez em Roma moor estrago
que antes de ser perdida:
os romãos dês que vençerã
foram dos viçyos vençydos
e seus louuores creçidos
pereçeram.

Assy por nam pereçerem
os tam antigos louuores
dos nossos predeçessores,
conuem de nos reprenderem

³¹ Cf. I, núms. 57, 88, 142, 257, 393; II núms. 494, 512, 513, 540, 542, 627, 836, respectivamente. De Resende, veja-se ainda a *ajuda* a Luís da Silveira, II, n.º 513.

dos vyçios e da torpeza
em que queremos vyuer,
antes de se conuerter
em natureza.

(II, nº 542)

Na *Miscelânea*, Garcia de Resende revela-se perfeitamente consciente das mutações operadas na sociedade portuguesa. O desengano que o invade, a amargura que o domina são bem visíveis quando, lançando mão de uma construção opositiva, nos refere as «desvairadas mudanças / de vidas e de costumes»:

Tantos começos e cabos,
tanto andar e desandar,
tanto subir e decer,
tantas voltas más e boas,
tanto fazer, desfazer,
tanto dar, tanto tomar,
tantas mortes, tantas guerras,
tam poucas vidas e pazes,
tanto ter, tanto não ter,
tantos descontentamentos,
tantas e vans esperanças,
tanto mal, tam pouco bem,
tanto fauor, desfauor,
tanto valer, desualer,
tanto prazer, tantos nojos,
tam pouco dar por virtudes,
tantos falsos e mentiras,
tam pouca fe e verdade,
tantos soberbos e baxos,
tanto saber sem dar fruto,
tantos simples e errados,
tam poucos os que acertão,
tantos seruiços em vam,
tanto medrar sem seruir
tanto soltar e prender,
tantos enganos e modos,
tantos bons sem galardam,
e tantos maos sem castigo,
conselhos sem caridade,
ingratidam sem razam,
cobiças e pouco amor,
e amizades fingidas,
tam perseguida a Igreja,
de cristãos mais que de mouros,
tanto trabalhar por vida,
tam pouco por bem morrer,
tantos auaros tiranos,
tantos cuidados do mundo,
tantos descuidos de Deos
por cousas que ham de acabar.

(*Prólogo*, pp. 335-336)

E tal como Sá de Miranda, desgostoso da vida da corte, há-de fazer mais tarde, retirando-se para a quinta da Tapada, também Nuno Pereira, João Rodrigues de Castel Branco e Diogo de Melo da Silva deixam a vida palaciana. Cansados das ambições e invejas (a corte é «um grande mar / com soma de pescadores», assim a define Frei Paço), abandonam o Rei e os cortesãos, a mesquinhez e vaidade dos homens, em prol da paz de espírito, fruída em meios provincianos, longe das grandes urbes, alheios aos problemas e aos interesses desenfreados, que minam os contemporâneos. E ei-los gozando a *aurea mediocritas*, entregues à paz benéfica dos campos e aos trabalhos agrícolas, nada saudosos do meio que deixaram e ousando mesmo fazer o confronto entre a vida passada e a presente, esta, agora, capaz de lhes devolver a tranquilidade perdida:

La lograae vossos seraãos,
vossas damas e priuanças
cos cortesãos,
mas bom par de bois nas mãos
val seys pares d'esperanças.

.....

Mays me quero hũ soo conchoso
de laranjas e limoões,
e com repouso,
que preguntar onde pouso
oo d'Abreu sobre payxoões.

.....

Priuar em cas da Rainha
Deos vo-lo deyx fazer,
e a my huã vinha
e reguar huã almoinha
em que tenho moor prazer.
Deos vos dê muyta priuança
com El Rey nosso Senhor,
e a my laurança,
aguylhada em vez de lança,
vós paçaão, eu laurador.

.....

Por ter mays folguada vida,
lauro, cauo, quanto posso,
naquela yda
soube certo neespedida
qu'ee melhor o meu c'oo vosso.

.....

E vós la guallantear
e eu com foçe e padam,
vós damejar,
eu enxertos enxertar,
quem teraa menos payxam?
Vós na corte cortesaão,
eu com meu fogo e meu lar,
Vós louçaão
e eu com açor na mão,
qual he mays çerto folguar?
(I, nº 88)³²

A estes espíritos dói ainda a ingratidão dos homens, quando, regressados de longínquas paragens, onde puseram a vida em jogo, chegam ao reino e apenas encontram como paga ou recompensa de tantos sacrifícios o esquecimento. Para eles não há benesses, não há tenças; como prémio, apenas se lhes depara a miséria, reverso aviltante de uma Índia promissora:

Armadas ydas d'alem
ja sabeys como se fazem,
quantos catiuos la jazem,
quantos la vam que nam vem!
E quantos esse mar tem
somidos, que nam pareçem,
e quam çedo caa esqueçem,
sem lembrarem a ninguem!

E algûs que sam tornados
liures dessas borriscadas,
se os hys ver aas pousadas
achay-los esfarrapados,
pobres e neçessitados
por mui diuerssas maneyras,
por casas das regateyras
os vestidos apenhados.
(I, nº 393)

Algumas destas vozes desconsoladas e discordantes anunciam já Camões, que experimentou, na carne e no espírito, as dores das guerras, a ingratidão e a incompreensão dos homens:

No mar tanta tormenta e tanto dano,
Tantas vezes a morte apercebida!
Na terra tanta guerra, tanto engano,
Tanta necessidade avorrecida!
Onde pode acolher-se um fraco humano,
Onde terá segura a curta vida,
Que não se arme e se indigne o céu sereno
Contra um bicho da terra tão pequeno?
(*Os Lusíadas*, I, 106)

³² O fragmento transcrito é da autoria de Nuno Pereira. Dentro da mesma linha de pensamento, cf. I, nº. 393 e II, nº. 627 de João Rodrigues de Castel Branco e de Diogo de Melo da Silva, respectivamente.

Podemos mesmo considerá-las antecipações do Velho do Restelo, como ele também reflectindo, à luz da própria experiência, sobre o desejo da fama, da honra e da glória, buscadas no meio das maiores incertezas e perigos.

Dura inquietação d'alma e da vida,
 Fonte de desemparos e adultérios,
 Sagaz consumidora conhecida
 De fazendas, de reinos e de impérios.
 (*ibid.*, IV, 96)

a desmedida ambição origina que

Nenhum cometimento alto e nefando
 Por fogo, ferro, água, calma e frio,
 Deixa intentado a humana geração,
 Miserable sorte ! Estranha condição!
 (*ibid.*, IV, 104)

Os tempos mudaram, alterou-se a ordem, inverteram-se as hierarquias e, face ao desconcerto do mundo, um manto de nostalgia, de pesar e de tristeza vai baixando sobre os portugueses: já estão longe os tempos em que tudo era prazer, gentileza, galanteria, em que danças e cantares alegravam o reino:

Em Portugal vi eu ja
 em cada casa pandeiro,
 e gaita em cada palheiro;
 e de vinte anos a ca
 não ha hi gaita nem gaitero.
 A cada porta hum terreiro,
 cada aldea dez folias,
 cada casa atabaqueiro;
 e agora Jeremias
 he nosso tamborileiro.

Só em Barquerena havia
 tambor em cada moinho,
 e no mais triste ratinho
 s'enxergava hũa alegria
 que agora não tem caminho.
 Se olhardes as cantigas
 do prazer acostumado,
 todas tem som lamentado,
 carregado de fadigas,
 longe do tempo passado.

O d'então era cantar
 e bailar como ha-de ser,
 o cantar pera folgar,
 o bailar pera prazer:
 que agora he mao d'achar.,³³

³³ Gil Vicente, *Triunfo do Inverno* (1529); cf. toda a fala do *Autor*, com que se inicia o auto.

versos antecédidos por uns de Resende, redigidos em 1510, visando agora o meio palaciano:

As damas nunca parecem,
os galantes poucos sam,
cousas de prazer esquecem,
os negoços vêm e vam,
nunca mingoam, sempre creçem.

Nam ha ja nenhū folguar
nem manhas eyxerçytar,
he tanto o requerimento
que ninguem nã traz o tento
senam em querer medrar

(II, nº 836)³⁴

Meio palaciano que Sá de Miranda recordará com saudade, na carta a D. Fernando de Meneses:

Os momos, os seraos de Portugal
tam falados no mundo, onde são idos
e as graças temperadas do seu sal?

Dos motes o primor e altos sentidos,
os ditos delicados cortesãos,
qu'ê deles? Quem lhes dá somente ouvidos?³⁵

A recordação dos dias passados, em que os atropelos e as ambições dos homens, embora existentes, eram praticamente nulas faces às proporções assumidas na hora presente, faz com que esse tempo seja encarado quase como uma idade de ouro, à qual muitos desejariam regressar, apesar de contrariedades e de sofrimentos vividos então. O que foram esses desgostos e agruras face aos desenganos presentes? Nada! Folhas que o vento levou, que breve se dissolveram no rodar dos anos, assim têm de ser encarados pelos que se sentem incapazes de se integrarem e viverem na nova ordem estabelecida.

¿Quien no llora lo passado,
viendo cual va lo presente?
¿Quien busca más acidente
de lo qu'el tiempo l'a dado?

canta o romance antigo, *Tiempo bueno, tiempo bueno*, ao qual tantos espíritos desiludidos se apegaram, parafraseando-o. E Resende lá está, entre os primeiros que, antes de 1516, o glosaram³⁶.

³⁴ Vd ainda *Miscelânea*, pp. 357, 361 e 362.

³⁵ *Obras Completas* (ed. ao cuidado de Rodrigues Lapa), 2 vols., Lisboa, Clássicos Sá da Costa, 1937; II, p. 104.

³⁶ Cf. o nosso estudo *Motos...*

Tom profundamente pessimista ressalta da paráfrase de Luís da Silveira (II, nº 494) ao dito de Salomão *Vanitas vanitatum* que, ao longo de todo o *Ecclesiastes*, surge como fio condutor. Nos seus versos perpassam o desencanto e a grande desilusão do autor ante o mundo e o seu desconcerto, que já antes haviam sido denunciados por autores trovadorescos³⁷. E para quê tanta diligência, para quê gastar dias e anos nesta vã cobiça, que sujeita e escraviza os homens a tudo e a todos, se, no final, após a morte, o tempo se mostra «liberal d'esqueçimentos, / de memoreas muy escasso»? Pode a Fortuna ser incongruente na distribuição dos bens e dos males, pode fazer girar a seu bel -prazer a roda do destino, que, em determinada altura da vida, todos os homens serão iguais, de nada valendo riquezas e honrarias:

O sesudo e o sandeu
tudo vy que tinha fym,
e disse entam antre mym:
—Que me presta o saber meu?
Ynorantes e prudentes
todos têm hũa medida,
na morte nem nesta vida
nam nos vejo diferentes.

Também já o dissera Jorge Manrique, nas coplas que compôs à morte de seu pai:

Nuestras vidas son los ríos
que van a dar en la mar,
qu'es el morir;
allí van los señoríos
derechos a se acabar
e consumir;
allí los ríos caudales,
allí los otros, medianos
e más chicos,
allegados son yguales
los que viuen por sus manos
e los ricos.³⁸

E mais ou menos pela mesma época, insistia Villon:

Je cognois que pauvres et riches,
Sages et fous, prêtres et lais,
Nobles, vilains, larges et chiches,
Petits et grands, et beaux et laids,
Dame a rebassés collets,

³⁷ Cf. Pero Mafaldo, *Vejeu as gentes andar revolvendo* e o texto anónimo *Quen viu o mundo qual o eu ja vi*, in *Cancioneiro da Ajuda* (ed. preparada por Carolina Michaëlis de Vasconcelos, reprodução anastática da 1.ª ed.), 2 vols., Turim, 1966, núms. 435 e 305.

³⁸ Jorge Manrique, *Cancionero* (ed. a cargo de Augusto Cortina), Madrid, Espasa-Calpe, 1966, p. 90.

De quelconque condition,
Portant atours et bourrelets,
Mort saisit sans exception.³⁹

Para quê correr em busca da glória, se depois temos de reconhecer que

Tudo se jaa desejou
e tudo s'avorreço
e tudo se ja ganhou
e tudo se ja perdeu?

O melhor é, para o poeta, numa visão carregada de pessimismo, crer

...que os que nam naçeram
sam os bem auenturados

e esperar que o tempo passe inexorável e exerça a sua acção, pois

As cousas seu tempo tem
e per seus espaaços vam,
tempo de mal e de bem,
tempo de sy e de nam.
Tempo aa de semear
e tempo aa de colher
e tempo d'obedeçer
e tempo para mandaar.

Tiempo an todas las cosas afirmara, provavelmente em meados do século XIV, Juan de Tapia⁴⁰, não o Tapia que figura no *Cancionero General* de Hernando del Castillo (1511), mas aquele que, em 1432, tomou parte no cerco de Nápoles e se mostrou sempre fiel servidor de Alfonso V, o Magnânimo, e de seu filho e sucessor D. Fernando.

O tempo que passa e não torna, a sua acção destruidora, as marcas de desilusão e de amargura que deixa nos homens, levando-os a considerações impregnadas de cepticismo e ao desejo da morte, na qual encontrarão o lenitivo para tantos desenganos, lenitivo que o mundo lhes não proporciona, são considerações que vêm de longe, e que nos poetas cristãos entroncam já nos livros sagrados, virão a ser largo motivo de inspiração em autores manieristas e barrocos, com especial destaque para Camões, mas que, no *Cancioneiro Geral*, já ecoam em acordes bem sentidos.

A Resende, volvidos anos sobre a glosa ao *Tiempo bueno*, já não satisfaz o recordar saudoso e dorido do tempo passado. Agora, considera que tudo é mutável, transitório e enganador. Só Deus conta, só Ele permanece imutá-

³⁹ François Villon, *Oeuvres Complètes*, Paris, Garnier-Flammarion, 1965: *Le Testament*, p. 58, XXXIX.

⁴⁰ Francisca Vendrell de Millás, *El Cancionero de Palacio-Ms. nº. 594*, Barcelona, C. S. I. C., 1945, nº. 77.

vel, por vezes tão esquecido dos homens, embora sendo o abrigo, o refúgio para os nossos males:

tudo acaba senam
 amar Deos de coraçam
 e serui-Lo de vontade;
 todo o al he vaidade
 e cousas que vem e vam.

Porque só Deos tem poder,
 Elle só he O que sabe,
 ninguem pode comprehender
 seus juyzios e saber
 e poder que n'Elle cabe.
 Elle he toda bondade,
 Elle he toda verdade,
 Elle he o sumo bem,
 Elle dá ser e sostem
 nossa fraca humanidade.

Que se Elle fosse esquecido
 de nós outros hũ momento,
 tudo seria perdido
 e o mundo destruydo,
 pois he nossa vida vento.
 Tomarey logo daqui,
 destas cousas que escreui
 e de quanto foy e he,
 louvar Deos, teer firme fee,
 veer que sam. como nasci.

(Misc., p. 381)

As linhas acabadas de redigir tornam evidente que muitos aspectos do teatro vicentino e das sátiras de Miranda, bem como passos vários das cartas de Clenardo e alguns *topoi* do Maneirismo e do Barroco cedo foram denunciados e tiveram representatividade nas letras portuguesas. Só que, na maior parte dos casos, autores e textos são ignorados ou recordados por aspectos que não estes.

Conhece-se Garcia de Resende porquê? Porque compilou un cancionero, porque compôs umas trovas à morte de Inês de Castro (nem sempre divulgadas na íntegra) e talvez ainda porque escreveu uma *Crónica de D. João II*. E Luís da Silveira? Porque é o autor das coplas *Vaidade das vaidades / e tudo é vaidade*. E Nuno Pereira e João Rodrigues de Castel Branco? Ah! um entrou no *Processo do Cuidar e Suspirar*, o outro escreveu a cantiga *Senhora, partem tão tristes / meus olhos por vós, meu bem*. Duarte da Gama e Álvaro de Brito, estes, são logo associados à crítica social, através de dois textos obrigatoriamente representados em todas as antologias do *Cancioneiro Geral*. E o Condestável D. Pedro? Para muitos permanece um desconhecido.

Todavia, apesar dos aspectos dignos de registo a que nos referimos, estes homens e o seu pensamento continuam vivendo no esquecimento. A sombra dos *Grandes* ofuscou-os, encobriu-os totalmente, quando, muito antes de um Gil Vicente, de um Sá de Miranda e de outros, haviam alertado para males que, embora de todos os tempos e próprios de todos os mortais, se acentuavam a um ritmo vertiginoso. Cedo souberam apontar para os males da sociedade em que viviam, reflectindo sobre eles, males que vão ser transpostos para o teatro do século XVI, através dos *tipos* criados por Gil Vicente que, com o seu poder de análise e de observação, com a sua força satírica e com os seus dotes de artista, lhes insuflou o sopro vivificante, que os fez atravessar os séculos, pujantes de vitalidade.

É, todavia, necessário, embora não confundido a nuvem com Juno, reconhecer e afirmar o mérito destes autores; é necessário subtrai-los à sombra dos *Grandes*, arrancá-los ao olvido dos homens, revelando-os nas suas dimensões peculiares e dar-lhes o realce a que têm jus⁴¹.

⁴¹ Imprimimos, sob a rubrica ANEXOS, os textos de Garcia de Resende e de Gil Vicente que, no concernente à sátira religiosa, oferecem flagrantes semelhanças.

ANEXOS

I

Pois trocays a lyberdade
por vyuer sempre sojeyto,
sem averdes saudade
dos amyguos de verdade
vossos sem nenhũ respeyto;
s'estais, senhor, de partyda
para entrar em noua vyda,
tomay isto que vos diguo,
como d'um vosso amyguo
grande, fora de medida.

Se determinays vestyr
avyto com seu cordam,
nam aveis nunca de ryr
no moesteyro nem bolyr,
qu'ee synal de deuaçam.
Dyornal e breuyayro,
contas pretas e rosayro
trazey de cote na mam,
sem rezardes oraçam
a santo do calandayro.

S'y ouuer deçeprinar,
hy com grande deuaçam,
e depouys da casa estar
has escuras, açoutar
ryjo, mas seja no cham.
Ameude sospirar,
que todos possam cuydar
qu'ee de muyto marteyrado.
Assy estareis pougado
sem vos da regra tyrar.

Aueys sempre de mostrar
que andais muy mal desposto
por do coro escapar,
qu'ee gram trabalho rezar
a quem nyso nam tem gosto.
E ha mesa gejumhar,
que façays todos pasmar!
Mas tereys em vossa çela
mantymento sempre nela
com que possais jarrear.

Tereys nela putarram
que seja do vosso geyto;
se bater o goardyam
ha porta, dar-lhe de mam
para debaixo do leyto.
Se vos achar suarento
dizey que vosso elemento
he estar dessa maneyra:
esta regra he verdadeyra
e o al tudo he vento.

Tereys de so o colcham
jybam e calças de malha,
casco, luuas, burquelam,
punhal e espadarram,
chuça e hũa naualha,
escada de corda boa,
que suba e deça a pessoa
segura de nam quebrar;
cabeleyra nam errar
para cobrir a coroa.

A sombra dos grandes

Como s'a lãa poser,
sahyreis desse fadairo
vestido como faz mester,
porque entam aveis de ler
polo vosso calandayro.
Por segurar o caminho,
sede amyguo do meirinho
e do alcayde tambem,
que nam queyram por ninguem
tomar-uos no vosso nynho.

Pobreza e castidade
e tambem obedyencia
dareys ha comonydade,
mas nam tereys caridade,
verdade nem paciencia.
Trabalhay muyto por hyr
de cas em cas a pedyr
cos olhos postos por terra,
porque assy se faz a guerra
melhor que com bom seruyt.

Para melhor vos saluar,
sede my mexeryqueyro,
d'ús e doutros mormurar
e o goardiam louuar
em tudo muy por ynteyro.
Falay mansso e devaguar
e s'ouuerdes de rezar

seja alto e de maa mente
e fazey-uos muy cyente
por molheres confesar.

Se vos mandarem cauar,
agoar aruores ou varrer,
ser forneyro ou cozinhar,
ou os avytos lauar,
começay loguo gemer
e dyzey: -Padre, eu sam
de tam fraca compreysam
que nam diguo trabalhar,
mas, s'um pouco m'abaixar,
cahyrey morto no cham.

Cabo.

Isto podereys fazer,
mas o bom que a vyda tem
nam no aueys vós de sofrer;
por isso, antes de ser
frade, conselhay-uos bem:
porque quanto bem mereçe
pola vyda que padeçe
o bom frade vertuoso,
tanto o mas religioso
torna atras e desmereçe.

(G. de Resende, *Canc. Geral*, II, n.º. 878)

II

Frei Paço:

Quem me vir entrar assi
com estes geitos qu'eu faço,
cuidará que endoudeci,
até que saiba de mi
que sam o padre Frei Paço.
Deo gratias não me pertence,
nem *pere sempre* nem nada,
senão espada dourada;
porque muito bem parece
ao Paço trazer espada.

Eu sam fino de pessoa,
e por se não duvidar
fiz hũa cousa mui boa:
leixei crecer a coroa,
sem nunca a mandar rapar,
e por tanto vos não digo
Deo gratias, se atentais nisto,
nem *louvado Jesu Christo*,
inda que trago comigo
hábito que he muito disso.

E sam tam paço em mi,
que me posso bem gabar
que envejar, mexericar
são meus salmos de David
que costume de rezar.
Falo muy doce, cortês,
gram soma de comprimentos;
obras não nas esperês,
senão que vos contentês
com palavrinhas de ventos.
Sou favor e desfavor,
mestre mor dos namorados,
engano dos confiados,
sou templo de Deos d'amor,
inferno de magoados.
Porém não como sohia
he ja a lei namorada;
e porque tudo s'enfria,
amo assi de sesmaria,
e suspiro d'empreitada.

Frei Narciso:

E eu prego a generosos
principes singularmente,
e vivo mui austinente,
marteirando a carne e ossos,
como cá meu corpo sente;
estudando, maginando,
trabalhando por privar,
sem vontade jejuando,
senão somente esperando
se posso mais arribar.

E por parecer misello,
e toda a corte em mi creia,
defumo-me co'este zelo,
e faço o rosto amarelo
com muita palha centeia.
E tudo isto padeci
por haver algum bispado,
quasi assi arrezoado.
E porque tardava, o pedi,
e sahi bispo escusado.

(Gil Vicente, *Romagem de Agravados*)

III

Ermitão:

Agora quero eu dizer
o que aqui venho buscar.
Eu desejo de habitar
nãa ermida a meu prazer,
onde podesse folgar.
E queria-a eu achar feita
por não cansar em fazê-la,
que fosse a minha cella
antes bem larga qu'estreita,
e que podesse eu dançar nela;
e que fosse num deserto
d'infindo vinho e pão,
e a fonte muito perto
e longe a contemplação.
Muita caça e pescaria,
que podesse eu ter coutada
e a casa temperada:
no verão que fosse fria,
e quente na invernada.
A cama muito mimosa,
e hum cravo à cabeceira,
de cedro a sua madeira:

porque a vida religiosa
queria eu desta maneira.
E fosse o meu repousar
e dormir até taes horas
que não podesse rezar,
por ouvir cantar pastoras
e outras assobiar.
À cea e jantar perdiz,
ao almoço moxama,
e vinho do seu matiz;
e que a filha do juiz
me fizesse sempre a cama.
E enquanto eu rezasse
esquecess'ella as ovelhas,
e na cella me abraçasse
e mordesse nas orelhas,
inda que me lastimasse.
Irmãos, pois deveis saber
da serra toda a guarida,
praza-vos de me dizer
onde poderei fazer
esta minha sancta vida.
(*Id.*, *Tragicomédia Pastoral de Serra da Estrela*)

IV

Frade:

Senhores, fui carpinteiro
da Ribeira de Lisboa,
e muito boa pessoa,
e de mero malhadeiro
me fui fazer de coroa.
Cousas m'aquecem a mi
que o demo anda comigo.

Conselhou-me hum meu amigo
que fosse frade e fi-lo assi,
de Rui Pires, Frei Rodrigo.

Eis-me frade: andar embora.
E fui azemel primeiro,
antes de ser carpinteiro,
e estou assi frade agora,
porém fora do mosteiro.

Cupido:

Padre, qué es lo que quereis?

Frade:

Queria-me desfazer
e tornasseis-me a fazer
muito leigo, se podeis,
que leigo tornasse a ser.
Hum fidalgo assi meão,
hum Vasco de Foes n'altura,
a barba daquella feitura,
não tam denegrída não,
senão assi castanha escura.
Huns olhos garços cansados,
e o ar de Pero Moniz;
e eu peitarei perdiz
e dous pares de cruzados,
se me mudais o matiz.

Cupido:

Porqué no quereis ser fraile?

Frade:

Porque meu saber não erra:
somos mais frades qu'a terra,
sem conto na Cristandade,
sem servimos nunca em guerra.
E haviam mister refundidos,
ao menos tres partes delles,
em leigos, e arneses nelles
e mui bem apercebidos,
então a mouros co'elles.

.....
Senhor Copido, eu me fundo
não curar da consciência.
Aborrece-me a coroa,
o capelo e o cordão,
o hábito e a feição,

e a vespora e a noa,
e a missa e o sermão;
e o sino e o badalo
e o silencio e a deciplina
e o frade que nos matina;
no espetador não falo,
que a todos nos amofina.
Parece-me bem bailar
e andar n'hũa folia,
ir a cada romaria
com mancebos a folgar:
isto he o qu'eu queria.
Parece-me bem jogar,
parece-me bem dizer:
—Vae chamar minha mulher
que me faça de jantar.
Isto, eramá, he viver.

Júpiter:

De qué facion ó edad
quereis vos que os hagamos?

Frade:

Esperae, assi, vejamos,
eu direi minha vontade,
pois ja em al não estamos.
Conheceis o Marichal?
assi daquella feição,
idade e disposição,
assi nobre e liberal,
e gaste-se todo carvão.

Cupido:

Traeis licencia, Fray Funil?

Frade:

Trago, senhor, a bastante,
assinada mui galante
pera mí e sete mil,
que virão daqui avante.

(*Id., Frágua de Amor*)

